

## Notas a respeito do sentido ontológico do trabalho nas filosofias de Marx e de Vieira Pinto

### RESUMO

Através de nossa pesquisa bibliográfica, filiada epistemologicamente à concepção materialista histórico-dialética, buscamos demonstrar que o trabalho é o fundamento do ser social nas filosofias de Marx e de Vieira Pinto. Para ambos os autores, o trabalho é a única categoria especificamente humana que põe o ser humano em relação com a natureza, relação que é necessária e insuperável. O trabalho que os indivíduos humanos realizam é o momento decisivo para a manutenção e o desenvolvimento do ser social, e não porque através dele são produzidos os bens de que os indivíduos carecem, mas sim porque as demais características especificamente humanas, como a consciência, as relações sociais, a linguagem, entre outras, se desenvolvem e se complexificam em razão dos atos produtivos, o que quer dizer que a essência humana se humaniza e desenvolve progressivamente em razão do trabalho. Investigar o modo através do qual o ser humano produz seus meios de vida é investigar como o ser humano se diferencia dos demais seres vivos. É por essa razão que as categorias trabalho e produção possuem a mais alta relevância filosófica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho fundante. Ser social. Álvaro Vieira Pinto. Karl Marx.

**André Scholl de Almeida**  
Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, Criciúma, Santa  
Catarina.

**Rafael Rodrigo Mueller**  
Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, Criciúma, Santa  
Catarina.

## INTRODUÇÃO

Buscaremos demonstrar qual é o papel desempenhado pela categoria trabalho nas filosofias de Marx e de Vieira Pinto. Essa categoria será compreendida a partir das suas determinações essenciais mais universais, enquanto modo especificamente humano de atuar social e conscientemente sobre a natureza para produzir os bens necessários à reprodução de sua vida. Buscaremos tais determinações essenciais nas obras de Marx e Vieira Pinto em que, a nosso ver, pode-se encontra-las de forma mais evidente: de Marx, O Capital, Cadernos de Paris, Manuscritos Econômico-Filosóficos, A ideologia alemã e Grundrisse; de Vieira Pinto, Consciência e Realidade Nacional, Por que os ricos não fazem greve? e O conceito de tecnologia.

Evitamos, ao máximo, tratar a respeito de outras categorias essenciais à compreensão do fenômeno humano nas filosofias de ambos autores, como a consciência, a linguagem e as relações sociais. Isso ocorreu em virtude das limitações relacionadas à extensão do presente texto, em razão da qual tivemos de estabelecer limites muito rígidos à compreensão totalizante própria de nossa abordagem materialista histórico-dialética<sup>1</sup>. Apesar disso, cabe ressaltar que as categorias estão lá, embora de maneira pressuposta, apenas suprimidas ao nível do discurso — para usar algumas expressões de Ruy Fausto. Compreendemos o ser humano como um ser objetivo dotado da capacidade privativa de organizar-se em sociedade para transformar a natureza de forma consciente e intencional. Desde o princípio de nosso texto, é o próprio ser humano, assim compreendido e como um todo, que comparece. Trataremos aqui, portanto, de uma abstração do trabalho, mas uma abstração razoável, na medida em que não nega as determinações próprias das outras categorias que compõe o fenômeno humano.

## METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada possui natureza básica, procedimentos técnicos bibliográficos, objetivos exploratórios e abordagem qualitativa. Do ponto de vista epistemológico, a filiação é materialista histórico-dialética.

## DESENVOLVIMENTO

O ser humano é, antes de tudo, um animal. “Que a vida física [...] do homem esteja em conexão com a natureza”, afirma Marx, “não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2015, p. 311). E, como todo animal, o ser humano é um ser que carece. Afirmar que ele assim o seja significa dizer que ele carece de coisas externas a ele, distintas dele, já que obviamente seria insensato pensar que o objeto de seu carecimento fosse ele próprio. Este traço ontológico mais geral e abstrato é compartilhado pelo ser humano com todos os outros entes vivos. Todos os seres vivos necessitam retirar do ambiente certos elementos engendrados pela natureza que são necessários à reprodução da sua própria vida, e, por ser um animal, o ser humano não faz exceção: “a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer” (MARX, 2015, p. 311). Ocorre que o ser humano não vive abstratamente, fantasmagoricamente, flutuando como uma consciência sobre o mundo. Se o ser

humano vive, “o primeiro fato a constatar é [...] a organização corporal desses indivíduos e [...] sua relação dada com o restante da natureza” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). É por essa razão que, para compreender a humanidade e sua história, “[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’ (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33), e que “para viver”, prossegue Marx, “precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Em uma concepção materialista da humanidade e de sua história, não se pode começar pela negação da natureza, porque o ser humano é, em primeiro lugar, uma parte da natureza e, em segundo lugar, porque sua condição natural lhe obriga a permanecer em conexão com a natureza para se manter vivo. Mas Marx não trata o ser humano como se sua existência se limitasse ao tipo biológico de existência, como se o ser humano, em sua totalidade, fosse idêntico aos outros seres vivos. Esta não é a realidade humana. O fato de o ser humano carecer de objetos naturais externos significa apenas que ele está fisicamente em situação análoga ou paralela à dos outros seres vivos, mas não que é idêntico a eles em sua totalidade, porque a sua natureza interna difere qualitativamente da natureza dos outros seres vivos. Assim, para Marx, por mais que seja possível, como se fez ao longo da história da filosofia, “distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira”, os seres humanos objetivamente “começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Investigar o modo através do qual o ser humano produz seus meios de vida, portanto, é investigar como o ser humano se diferencia dos demais seres vivos. É por essa razão que as categorias trabalho e produção, que dizem respeito ao modo através do qual o ser humano realiza a sua atividade vital, possuem a mais alta relevância filosófica.

Marx pondera que “[...] o animal também produz. Constrói para-si um ninho, habitações, como as abelhas, castores, formigas etc.” (MARX, 2015, p. 312). No entanto, as características desta atuação animal diferem completamente do tipo de produção humana. Segundo Marx, um animal “[...] produz apenas o que necessita imediatamente para-si ou para a sua cria”; “produz unilateralmente [...]”; “produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata [...]”; “produz-se apenas a si próprio [...]”; “o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico [...]” (MARX, 2015, p. 312- 313). Nenhum animal, à exceção do ser humano, se confronta com a natureza como uma força livre. A atividade animal é determinada pela própria natureza interna do animal, que determina os objetos externos engendrados pela natureza que são capazes de satisfazer as necessidades animais. Se o animal os encontra, ele pode então satisfazer-se, embora apenas de forma imediata. Se o encontra em demasia, não é capaz de confrontar o objeto de sua necessidade de forma livre, e o consome apenas na medida da sua necessidade imediata, e do restante se desfaz. Se não o encontra, perece, porque não pode confrontar a natureza livremente, porque o objeto de sua necessidade lhe é imposto pela sua própria biologia. Essa atividade típica do animal, de busca pelo objeto de sua necessidade e o consumo do mesmo, não modifica o animal, não é capaz de modificar sua natureza interna, de modo que o animal irracional permanece sempre se relacionando com a natureza de modos determinados por essa mesma natureza. “O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É ela” (MARX, 2015, p. 312).

Todas essas características são distintas no ato de produzir humano, e a diferença é de tal ordem qualitativa que é sensato afirmar simplesmente que a utilização da categoria **produção** para explicar certos comportamentos animais foi apenas um equívoco de Marx nos Manuscritos de 1844, cuja utilização ele abandona nas obras da fase madura. Ao tratar sobre o trabalho no capítulo quinto do primeiro livro d'O Capital, por exemplo, Marx adverte que trata do “trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem” (MARX, 2017, p. 255). As características desse produzir humano, segundo Marx, são as seguintes: “o homem produz universalmente”; [...] “produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma”; “[...] o homem reproduz a natureza toda”; “[...] confronta livremente o seu produto” (MARX, 2015, p. 312-313). Desta forma, “o trabalho, a atividade vital, a própria vida produtiva”, que “em primeiro lugar” “aparecem ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma necessidade”, a “necessidade da manutenção da existência física” (MARX, 2015, p. 311), em razão de suas características próprias remete o ser humano sempre para além da sua própria constituição puramente biológica e natural:

Agindo sobre a natureza externa [...] ele modifica [...] sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2017, p. 255).

No entanto, antes de avançarmos mais no debate sobre como, através do trabalho, o ser humano transforma a si próprio, fazendo com que cesse o poder da natureza de determinar seus atos, tornando-se um ser livre, qualitativamente distinto dos outros seres vivos, devemos deixar claro de qual **trabalho** e de qual **produção** falamos. No capítulo quinto do primeiro livro d'O Capital, Marx afirma o seguinte:

A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 2017, p. 255).

Vemos aí que Marx anuncia que se trata de uma abstração do trabalho, isto é, do trabalho abstraído de suas determinações mais imediatas próprias do sistema capitalista ou de qualquer outra formação social, analisando, portanto, a essência do trabalho. Mas esta afirmação possui um significado muito mais profundo do que uma simples advertência de ordem metodológica. Certamente, captar as determinações mais abstratas do trabalho significa alcançar sua essência; mas alcançar as determinações que sempre se repetem, e por necessidade, no interior das diversas formações sociais da história humana, significa captar suas características ontológicas mais gerais, sua **natureza**, que

“[...] não sofre nenhuma alteração [...]” (MARX, 2017, p. 255) por mais que seja evidentemente atravessada pelas determinações mais concretas próprias de cada uma das diversas formações sociais históricas. “O processo de trabalho, [...] em seus momentos simples e abstratos”, escreve Marx, é “condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte [...] comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2017, p. 261). A forma de trabalhar muda constantemente, como quando se passa a utilizar matérias-primas ou instrumentos de trabalho diferentes, ou quando se modifica a forma da execução. Da mesma forma, pode-se falar de uma tal **essência do trabalho** que é determinada histórica e socialmente, posto que se relaciona diretamente com as determinações essenciais privativas a cada forma particular da vida social (trabalho escravo, trabalho servil e trabalho assalariado). No entanto, quando falamos de uma essência do trabalho que é “condição universal do metabolismo entre homem e natureza”, que é “perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2017, p. 261), falamos de uma essência que não é privativa de alguma forma social específica; falamos de uma essência ontológica do trabalho, das determinações necessárias e insuperáveis da relação do ser humano com a natureza. Marx deixa implícita a existência de dois conjuntos de determinações distintos que coexistem no interior da essência do trabalho, cada um deles referente a um nível histórico distinto. Assim, no capitalismo o trabalho possui forma e um conjunto de determinações essenciais que são específicas do modo de produção capitalista: suas formas são os diversos modos empíricos do trabalho útil; sua essência é o trabalho assalariado, mercantil e alienado. Mas há outro conjunto de determinações essenciais do trabalho, e que pode ser encontrado no feudalismo, no escravismo e em todas as diferentes formações sociais: o trabalho compreendido enquanto “condição universal do metabolismo entre homem e natureza” e como “perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2017, p. 261), que pode ser negado dialeticamente pelas determinações essenciais privativas de determinada formação social alienada, mas que não pode desaparecer. Marx explica que “todas as épocas da produção têm certas [...] determinações em comum. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição.” Sem estas determinações essenciais comuns a todas as épocas, “nenhuma produção seria concebível”, porque algumas determinações são “comuns à época mais moderna e à mais antiga”. Quando são “corretamente isoladas” as “determinações que valem para a produção em geral”, encontramos uma “unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos” (MARX, 2011, p. 41). Portanto, “[...] para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas condições universais de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido” (MARX, 2011, p. 44).

Para descobrir as determinações universais do trabalho, precisamos fazer abstração das suas determinações formais e também das determinações essenciais exclusivas de certas formas históricas da vida social. Apesar de proceder metodologicamente dessa maneira, nunca podemos perder de vista o fato de que, para Marx, um indivíduo humano trabalhando isoladamente, sem estabelecer relações com outros indivíduos humanos, é uma abstração irreal, que

jamais se pode observar na história efetiva, cuja existência só pode ocorrer na cabeça dos ideólogos do capital, em suas robinsonadas ideais. Além disso, não podemos perder de vista que essa análise das determinações universais da essência do trabalho não é capaz de explicar as especificidades das suas formas concretas de manifestação, historicamente determinadas, sendo totalmente insuficiente para analisar, por exemplo, o capitalismo ou as transformações do mundo do trabalho em nossos dias: “assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo [analítico] nos revela sob quais condições ele [o trabalho] se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista [...]” (MARX, 2017, p. 261).

Mas, qual é, então, essa natureza, essa essência ontológica do trabalho, que é comum a todas as diferentes épocas históricas? “Antes de tudo”, escreve Marx, “o trabalho é [...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2017, p. 255). O trabalho “é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso [...]” (MARX, 2017, p. 261). Um valor de uso “[...] é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2017, p. 113), não importando se “[...] elas provêm do estômago ou da imaginação [...]” (MARX, 2017, p. 113).

Mas nem todo valor de uso produzido é destinado ao consumo individual imediato. A maior parte das necessidades humanas são necessidades da própria produção. Explica Marx que “[...] grande parte do consumo não é consumo para o uso imediato, mas consumo no processo de produção, por exemplo, consumo em máquinas, carvão, óleo, edificações necessárias etc.” (MARX, 2011, p. 337). “Com exceção da indústria extrativa, [...] todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, [...] um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior”. (MARX, 2017, p. 259) No ato produtivo, ocorre o “[...] consumo dos meios de produção que são usados e desgastados [...]” e o “[...] consumo da matéria-prima, que não permanece com sua forma e constituição naturais [...]” (MARX, 2011, p. 45). “O trabalho consome seus elementos materiais, seu objeto e seu meio; ele os devora e é, assim, processo de consumo” (MARX, 2017, p. 261). À diferença do consumo individual, que “consome os produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo”, o consumo produtivo “os consome como meios de subsistência do trabalho, da força ativa de trabalho do indivíduo” (MARX, 2017, p. 261). O trabalho, portanto, “consome produtos como meios de produção de outros produtos” (MARX, 2017, p. 261).

Vemos que o produtor “[...] não simplesmente consome o seu produto, mas cria também meios de produção [...]” (MARX, 2011, p. 48), porque “[...] nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção” (MARX, 2011, p. 41). E “o uso e criação de meios de trabalho [...]”, para Marx, “é uma característica específica do processo de trabalho humano [...]” (MARX, 2017, p. 257), de modo que também se constitui em uma característica ontológica de diferenciação do ser humano dos demais seres vivos. Além disso, esses instrumentos produzidos e outras alterações da realidade objetiva vão se acumulando ao sucederem-se as gerações humanas, antropomorfizando a natureza progressivamente. Em razão da produção, “a natureza aparece como obra sua [dos seres humanos] e sua realidade” (MARX, 2015, p. 313). Assim, “ao produzir seus meios de vida, os

homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

O ser humano é, antes de tudo, um animal, um ser objetivo que carece. Em razão disso, “em primeiro lugar, o trabalho, a atividade vital, [...] aparecem ao homem apenas como meio para a satisfação [...] da necessidade da manutenção física” (MARX, 2015, p. 311). Mas, como “no modo de atividade vital reside todo o caráter de uma species” (MARX, 2015, p. 311-312) e como o modo de realização da atividade vital humana distingue-se qualitativamente do modo de realização da atividade vital de dos demais seres vivos, o próprio ser humano distingue-se qualitativamente do ser natural. Tratam-se, portanto, de tipos de seres diferentes. A princípio, “[...] a natureza fornece [...] o meio de vida no sentido estrito; a saber, o meio da subsistência física [...]” (MARX, 2015, p. 306), e “fisicamente, o homem só vive desses produtos da natureza, possam eles aparecer agora na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação, etc.” (MARX, 2015, p. 311.). Mas tão logo começa a produzir, a humanidade transforma-se em ser de qualidade e complexidade superior em relação aos demais seres. Assim, a natureza, que dá o primeiro impulso à atividade humana em razão de sua imposição, forçando a humanidade a trabalhar para subsistir, progressivamente é transformada pela atividade humana, e vai ela própria antropomorfizando-se. É por isso que, no caso deste animal especial, que superou a mera animalidade, “a própria vida [biológica] aparece apenas como meio de vida [humana, social, etc.]” (MARX, 2015, p. 311-312).

Deixemos o pensamento de Marx e nos concentremos no que pensa Vieira Pinto a respeito do ser humano e do trabalho. Para Vieira Pinto, antes de tudo, “o homem é um ser vivo destinado a viver necessariamente na natureza” (PINTO, 2005, p. 37). Por ser assim, ele é um ser que carece. Todo ser vivo, “transporta naturalmente, por ser matéria viva, contradições com a natureza inerte” (PINTO, 2005, p. 60), contradições que ele precisa resolver para manter-se vivo. É a própria natureza que impõe a todos os seres vivos a necessidade de obter os elementos imprescindíveis à manutenção da sua existência, de modo que eles necessitam “resolver uma contradição com o mundo físico, para conservação da vida mediante a alimentação, ou seja, a renovação das reservas que servirão de fonte de energia, ou a defesa do indivíduo e da espécie, pelo abrigo e a proteção da prole” (PINTO, 2005, p. 61-62). A necessidade de resolver essa contradição dialética primeira e prioritária forçosamente mantém os seres vivos em conexão com a própria natureza. “Todo ser vivo depende da natureza exterior para obter as substâncias de que se nutre, encontrar o espaço onde se move, as condições de ambiente onde se aclima, se protege, e se reproduz” (PINTO, 1962, p. 9-10), afirma Vieira Pinto. E o ser humano, “por este aspecto”, conclui, “não faz exceção” (PINTO, 1962, p. 10). Assim, deve-se sempre partir da observação de que “não haveria sociedade humana sem que previamente existissem homens vivos que a constituam. Realmente a vida é a condição original para o surgimento da sociedade [...]” (PINTO, 2008, p. 79).

Mas Vieira Pinto não trata o ser humano como se ele fosse idêntico aos demais seres vivos<sup>2</sup>. Para o filósofo brasileiro, por mais que “numerosas concepções filosóficas”, “durantes séculos”, tenham buscado “interpretar a realidade do homem, em busca daquilo que chamavam de ‘essência’ desse ser, que o distinguia de todos os demais seres”, e que tenham atribuído tal essência à “razão’, ‘alma’, ‘espírito’, ‘eu’, ‘consciência” (PINTO, 1962, p. 7), etc., o que

objetivamente “delineia em caráter supremo a natureza específica do ser humano” é o “ato produtivo” (PINTO, 2005, p. 195). Para ele, portanto, “o trabalho se encontra na origem da essência humana do homem” (PINTO, 1962, p. 10).

Os seres puramente biológicos respondem sempre da mesma maneira irrefletida aos acontecimentos exteriores, e isto porque a natureza lhe determina de forma dupla o comportamento normal e instintivo. Primeiramente, a natureza interna animal (genética etc.), determina quais objetos naturais externos são objetos de suas necessidades. “O animal constitui a natureza em si, nunca se realiza em verdadeiro sujeito, pois não tem ao que se opor, não há para ele objeto que não esteja predeterminado a exercer este papel” (PINTO, 2005, p. 60). Em segundo lugar, a natureza engendra todos estes objetos externos dos quais o ser vivo necessita para subsistir. “Os animais inferiores não produzem, por ser a natureza que produz para eles tudo quanto necessitam, ao produzi-los tal como devem ser para subsistir nas condições onde têm de viver” (PINTO, 2005, p. 61). Se o objeto de sua necessidade está presente, o ser vivo o consome; se não está presente, sendo incapaz de produzir, o ser vivo permanece carente. Assim, os seres puramente biológicos não se constituem em seres livres, já que têm seu comportamento determinado pela natureza. Sempre que é resolvida a contradição vital que lhe foi imposta pela natureza, “quem as resolve não é ele e sim a mesma natureza” (PINTO, 2005, p. 60), e não é resolvido mais do que a “contradição em que o processo evolutivo o encerrou” (PINTO, 2005, p. 60). O ser vivo “não produz a existência, mas apenas a conserva, valendo-se das condições, cumpridas cegamente, compendiadas no código genético, entregue a cada qual pela evolução natural” (PINTO, 2005, p. 64). Por essa razão, a simples animalidade “permanece estacionada no nível dos seres consumidores do que encontram ao redor”<sup>1</sup> (PINTO, 2005, p. 61).

Por ser, antes de tudo, um animal, o ser humano também necessita resolver a contradição vital imposta pela natureza. No entanto, a forma humana de resolver a sua contradição vital é distinta da via puramente biológica de resolução dessa mesma contradição. A diferença consiste, segundo Vieira Pinto, na distinção entre consumo e produção: “enquanto o animal, ou antes a natureza nele e por ele, resolve essa contradição pela via do consumo, o homem a resolverá pela via da produção” (PINTO, 2005, p. 62). Que o ser humano seja um ser produtor significa que ele não se limita a simplesmente consumir objetos engendrados pela natureza, e que tampouco os objetos de seu carecimento são única e exclusivamente aqueles que a própria natureza determinou como os objetos adequados para a satisfação de suas necessidades. Por ser assim, “a forma de relação estabelecida pelo homem com a natureza é única, específica, privativa desse animal, e por isso o distingue radicalmente de todos os demais [...]” (PINTO, 1962, p. 9). Embora não se possa jamais perder de vista que “a significação do trabalho conserva-se sempre a mesma e consiste na resolução de uma contradição vital [...]” (PINTO, 2005, p. 423), em razão das características próprias de seu modo peculiar de resolver sua contradição vital com a natureza, o trabalho remete o ser humano sempre para além de sua constituição puramente biológica e natural: “O trabalho não é apenas atividade exercida exteriormente pelo homem, mas fator constitutivo da sua natureza, no sentido de que é por intermédio dele que se realiza a humanização progressiva do homem [...]” (PINTO, 1960, p. 60). Vieira Pinto explica que

Nenhuma das manifestações específicas da realidade humana teria lugar se previamente o homem não se fizesse existir, no sentido rigoroso da palavra, ou seja, se não organizasse a produção dos bens e das condições indispensáveis à sua subsistência. Antes de produzir qualquer coisa no domínio da cultura, o homem tem de se produzir a si próprio pelo trabalho (PINTO, 1960, p. 348-349).

Por isso, a partir “[...] da contradição original do homem, a que o opõe à natureza [...]”, desenvolve-se “sua essência humana” (PINTO, 2005, p. 39). Daí a relevância filosófica em se debater a respeito das categorias trabalho e produção: discuti-los é compreender “[...] o fato decisivo de ser o homem o criador de sua própria existência mediante o trabalho [...]” (PINTO, 1962, p. 11).

Antes de avançarmos mais no debate sobre como, no trabalho, o ser humano transforma a si próprio, fazendo com que cesse o poder da natureza de determinar seus atos, tornando-se um ser livre, qualitativamente distinto dos outros seres vivos, devemos deixar claro de qual trabalho e de qual produção falamos. Vieira Pinto dá ênfase à “distinção entre essência e forma do trabalho” (PINTO, 2005, p. 420), além de fazer uma distinção entre dois diferentes níveis históricos de determinações da essência: ele fala de uma tal essência relativa e de uma essência absoluta do trabalho. Note-se que não se trata de afirmar a existência de duas essências, mas simplesmente de tornar evidente que na essência coexistem: i) um conjunto de determinações privativas à determinadas formas da vida social; e ii) um conjunto de determinações universais, comuns a todas as fases da vida social. “A forma do trabalho”, afirma Vieira Pinto, “são as inumeráveis modalidades em que se distribui entre os membros da grei dentro do invólucro da mesma essência social em vigor”; diz respeito “aos materiais utilizados, aos instrumentos empregados e às técnicas fabricadoras conhecidas” (PINTO, 2005, p. 421). A forma do trabalho “sofre transformações constantes, assim sempre foi e terá de ser” (PINTO, 2005, p. 420). A essência relativa, por sua vez, “define-se pelo sistema de relações sociais estabelecidas entre os participantes da comunidade para levarem a cabo a obtenção coletiva dos bens de existência” (PINTO, 2005, p. 422). Assim, no capitalismo, o trabalho é assalariado; no feudalismo, o trabalho é servil; no escravismo, o trabalho é escravo: a essência relativa do trabalho possui relação com as determinações próprias do conjunto das relações sociais no interior das quais a práxis fabricadora é realizada. Por essa razão, as “formas [...] mudam mais rapidamente do que a essência [relativa]” (PINTO, 2005, p. 422). Essa última, “correspondendo a um sistema de relações sociais, implica, para mudar, a ocorrência de uma transformação revolucionária no sistema da produção” (PINTO, 2005, p. 422). Já “a essência em sentido absoluto”, explica Vieira Pinto, “será sempre a relação entre o homem e a natureza, pela necessidade de produzir a existência” (PINTO, 2005, p. 421), embora evidentemente sempre assuma, a cada época histórica, “diferentes condições relativas, históricas, de exercício, segundo o regime de convivência entre os indivíduos nas várias formações sociais” (PINTO, 2005, p. 421). Eis, portanto, a distinção entre essência absoluta e relativa do trabalho:

---

Em razão da primeira, [a essência absoluta] todo homem, sem exceção, trabalha. [...] Mas considerando-se a essência relativa, a real forma histórica do trabalho, é possível dizer que muitos indivíduos [...] não trabalham, porque dispõe de recursos sociais coercitivos para obrigar outros homens a fazê-lo em lugar deles (PINTO, 2005, p. 421).

Em síntese: exploração e alienação do trabalho dizem respeito à essência relativa do trabalho; mas “a significação do trabalho” tomado em sua essência absoluta “conserva-se sempre a mesma e consiste na resolução de uma contradição vital” (PINTO, 2005, p. 423).

Mas, qual é, então, essa essência absoluta do trabalho? Para Vieira Pinto, o trabalho consiste na “forma de relação estabelecida pelo homem com a natureza” (PINTO, 1962, p. 9) em razão da “necessidade de produzir a existência” (PINTO, 2005, p. 421). Consiste na “relação permanente do homem [...] com o mundo exterior, que deve transformar para nele subsistir” (PINTO, 2005, p. 414). Consiste na “atuação com o fim de produzir” (PINTO, 2005, p. 60). Nestas passagens, fica claro o caráter ativo e autodeterminado da produção humana, que imediatamente o separa do reino da simples animalidade, que se limita a consumir aquilo que a natureza determina ser objeto para seu consumo. Mas Vieira Pinto diz muito mais. O trabalho é a “ação modificadora direta sobre a natureza material” (PINTO, 1960, p. 62). Na mesma obra, pouco antes, ele escreve: “o trabalho é sempre ação transformadora”; “o que lhe dá especificidade é ser causa modificadora da realidade externa” (PINTO, 1960, p. 60). Em outro lugar, ele afirma: “ainda o mais rotineiro dos trabalhos [...] implica a transformação da natureza” (PINTO, 2005, p. 414). Antes de tudo, “o homem atua sobre a natureza com o fim de produzir os elementos de que precisa para sustentar e desenvolver a existência” (PINTO, 1962, p. 10). É por essa razão que “a produção adquire [...] a qualidade de feitura de objetos” (PINTO, 2005, p. 62), que são sempre necessariamente objetos destinados a satisfazer as necessidades humanas que a própria natureza é incapaz de engendrar por conta própria. “É exatamente esta atuação com o fim de produzir o que não está imediatamente dado, que configura a essência do trabalho” (PINTO, 1962, p. 10). Por isso, no trabalho, “se representa de modo ativo o papel criador do homem” (PINTO, 1960, p. 59).

A produção não é um fenômeno abstrato, realizado por um sujeito abstrato, concebido na forma de mera consciência, Ideia, Espírito, etc. O verdadeiro sujeito da produção é o ser humano concreto, que jamais deixa de ser condicionado também por determinações físicas e naturais que fazem parte de seu ser. A produção é uma transformação da natureza que é realizada objetivamente através da ação sensível dos homens. No ato criador humano, o ser humano demonstra a “[...] necessidade de utilizar sua força de trabalho em benefício da criação dos meios materiais de sobrevivência” (PINTO, 1962, p. 11). Conforme aumenta o grau de complexidade das tarefas que necessita realizar, o ser humano se vê obrigado a utilizar as próprias forças da natureza para agir sobre ela, e ele o faz ao criar para si instrumentos de trabalho, sempre com a finalidade de “aliviar o trabalho humano” (PINTO, 2005, p. 91). Muito embora primeiramente se trate de algum instrumento hoje considerado extremamente rudimentar, como um machado de sílex ou um porrete de ossos, e atualmente se

trate de algum maquinismo muito complexo, ambos objetos “[...] não passam de um instrumento [...] pelo qual o homem se relaciona com o mundo exterior [...]” (PINTO, 2005, p. 92). Esses instrumentos “[...] oferecem à humanidade, em geral, quantidades cada vez maiores de energias físicas, para dominar e transformar a natureza” (PINTO, 2005, p. 83). Por essa razão, Vieira Pinto explica que

O papel decisivo das máquinas, tanto nas eras mais remotas quanto agora, consiste em modificar o sistema de relações de produção do homem mediante a ampliação da rede de ligações com a natureza, dando-lhe a possibilidade de praticar formas de ação sobre os corpos e as forças naturais, formas que significam o aumento da capacidade de domínio do mundo circunstante” (PINTO, 2005, p. 80).

Como a imposição natural de satisfazer necessidades para subsistir jamais cessa, a produção de novos bens jamais cessa, de modo que a área do mundo natural antropomorfizada pela ação humana se amplia constantemente: “pela ação dos homens, a realidade se vai povoando de produtos de fabricação intencional” (PINTO, 2005, p. 55). “Chega-se assim à época atual, quando a existência está literalmente envolvida num ambiente maquinizado, produto de iniciativa humana” (PINTO, 2005, p. 84). Desse modo, a função de criador do seu entorno material, conforme as forças produtivas dos seres humanos se desenvolvem e progridem em potência de transformação e criação, vai sendo progressivamente deslocada do plano da natureza para o plano do mundo humano. Segundo Vieira Pinto, “a função cosmogônica transfere-se da natureza para o homem”, porque “é este que cada vez mais cria a natureza, ou antes aquilo que para ele começa a lhe aparecer como natural” (PINTO, 2005, p. 37). Sem nunca deixar de lado a consideração materialista primeira de que “o homem é um ser vivo destinado a viver necessariamente na natureza”, Vieira Pinto afirma que ocorre apenas que aquilo “que se entende por ‘natureza’ em cada fase histórica corresponde a uma realidade diferente” (PINTO, 2005, p. 37). Assim, se nos primórdios da humanidade a natureza objetivamente se manifestava sob a forma do “mundo espontaneamente constituído”, atualmente, quando “o civilizado consegue cercar-se de produtos fabricados pela arte e pela ciência, serão estes que formarão para ele a nova ‘natureza’” (PINTO, 2005, p. 37). Vemos, assim, que “a máquina nunca é dada, é feita” (PINTO, 2005, p. 73) pelos próprios seres humanos, e que “não se conhece uma só invenção que não alterasse as condições da existência humana” (PINTO, 2005, p. 91).

Ao agir sobre a natureza para resolver a sua contradição vital, o ser humano acaba por transformar todo o seu entorno, antropomorfizando-o; e, ao transformar suas condições de existência, transforma a si próprio. O trabalho que, antes de tudo, é realizado para resolver uma contradição vital com a natureza, humaniza progressivamente o ambiente externo e a essência humana. É por essa razão que, ontologicamente, o ser humano “destaca-se do reino da animalidade inferior” (PINTO, 2005, p. 61) e inaugura uma esfera ontológica completamente nova. Longe de significar uma diferença de segunda ordem, essa diferença significa a passagem de um plano ontológico a outro. “Quando se dá

este salto qualitativo no processo evolutivo, o homem passa a representar a fase de maioridade da vida [...]” (PINTO, 2005, p. 60). Assim, o ser humano, enquanto animal produtor, se diferencia qualitativamente dos seres vivos puramente biológicos, e se torna um ser livre. Nessa “oposição entre consumidor e produtor está o caráter distintivo do salto qualitativo que gerou o homem, e lhe dá o sentido pelo qual se define, tanto ele quanto seus atos” (PINTO, 2005, p. 61). “Deste modo, compreende-se por que motivo o trabalho se encontra na origem da essência humana do homem” (PINTO, 1962, p. 10).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqueles que desejarem interpretar corretamente o pensamento de Vieira Pinto deverão, antes de tudo, compreender a relação existente entre o pensamento do filósofo brasileiro com o de Marx. Embora as influências intelectuais de Vieira Pinto tenham sido muitas, comparecendo em suas obras categorias próprias de pensadores como Aristóteles, Hegel e Heidegger, e de escolas como a existencialista, para Vieira Pinto o fundamento da realidade humana é o trabalho.

O ser humano é, antes de tudo, um animal. Por ser carente, necessita realizar a produção dos valores de uso de que necessita. Tão logo começa a produzir, a humanidade supera a simples animalidade, chegando à fase de maioridade da vida, porque se liberta da determinabilidade natural para tornar-se o ser livre que determina a si mesmo através de seus atos. Se o trabalho que os indivíduos humanos realizam é o momento decisivo para a manutenção e o desenvolvimento do ser social, não é simplesmente porque através dele são produzidos os bens de que os indivíduos carecem, mas sim porque a partir da produção a essência humana se desenvolve e complexifica, isto é, se desenvolvem as demais características especificamente humanas (consciência, relações sociais, linguagem, etc.), de forma que investigar o modo através do qual o ser humano produz seus meios de vida é investigar como ele se diferencia dos demais seres. O trabalho aparece em Vieira Pinto, portanto, ao modo de Marx, porque Vieira Pinto incorpora em sua filosofia as descobertas ontológicas e o materialismo histórico-dialético do filósofo alemão.

## Notes on the ontological sense of work in the philosophies of Marx and Vieira pinto

### ABSTRACT

Through our bibliographic research, we seek to demonstrate that work is the foundation of the social being in the philosophies of Marx and Vieira Pinto. For both authors, work is the only specifically human category that puts the human being in relationship with nature, a relationship that is necessary and unsurpassed. But if the work that human individuals perform is the decisive moment for the maintenance and development of the social being, it is not simply because through it the goods that individuals lack are produced. It happens that, from production, other specifically human characteristics develop (consciousness, social relations, language, etc.), that the human essence is humanized and progressively develops, so that investigating the way in which the human being produces their livelihood is to investigate how human beings differ from other living beings. It is for this reason that the categories work and production have the highest philosophical relevance.

**KEYWORDS:** Founding work. Social being. Álvaro Vieira Pinto. Karl Marx.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Caso o leitor deseje verificar a interpretação que fazemos a respeito destes temas, ver: ALMEIDA, A. S. O trabalho como fundamento da consciência, da sociabilidade e do fenômeno humano em geral nas obras de Karl Marx e Álvaro Vieira Pinto. Criciúma, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/7474>>

<sup>2</sup> Caso o leitor deseje verificar a interpretação que fazemos a respeito destes temas, ver: ALMEIDA, A. S.; ALVES, L. T. Atividade sensível, trabalho, técnica e sociabilidade: o conceito de ser humano em Álvaro Vieira Pinto. In: Domingos Leite Lima Filho; Rafael Rodrigo Mueller. (Org.). Trabalho, Tecnologia e Atividade. 1ed. Marília - SP: Editora Lutas Anticapital, 2022, v. , p. 129-150.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Sem a CAPES o raciocínio não poderia ter sido levado ao papel

## REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 614 p.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 496 p.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011. 788 p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos

fundamentos sociais do “vale de lágrimas”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 430 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 531 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 118 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Vol. 1: A consciência ingênua. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960. 438 p.

**Recebido:** 20/08/2022

**Aprovado:** 14/08/2023

**DOI:** 10.3895/rts.v19n57.15873

**Como citar:**

ALMEIDA, A. S. de; MUELLER, R. R. Notas a respeito do sentido ontológico do trabalho nas filosofias de Marx e de Vieira Pinto.

**Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 19, n. 57, p. 457-471, jul./set., 2023. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/15873>

Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

